

CERTIDÃO	
Certifico que nesta data foi este (a) Portanza nº	81/2015
com afixação no placard da	Câmara 6 12025
Municipal de Morrimos	rd

PORTARIA № 81 DE 25 DE JUNHO DE 2025

"Estabelece os documentos para nomeação, posse e investidura de candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº 02/2024, realizado pela Câmara Municipal de Morrinhos".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRINHOS, Estado de Goiás, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente pela Lei nº 901, de 05 de abril de 1990 (Lei Orgânica do Município de Morrinhos – LOM), art. 12 e ss. e art. 230 c/c art. 233 da Lei Complementar nº 014, de 19 de setembro de 2003 (Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais de Morrinhos), arts. 7º, 14, 17, 18, 19, e 21 da Lei Complementar nº 112, de 06 de junho de 2023, (Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Morrinhos):

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS E DOCUMENTOS COMUNS A TODOS OS CARGOS

Art. 1º Esta Portaria tem por fundamento estabelecer os documentos necessários para nomeação, posse e investidura nos diversos cargos estampados Lei Complementar 112 de 06 de junho de 2023 (Plano de Cargos e Salários da Câmara Municipal) que foram abrangidos pelo certame público realizado pela Câmara no exercício de 2025.

Art. 2º São documentos necessários para todos os cargos:

- I Ter sido aprovado(a) e classificado(a) no concurso, nas formas estabelecidas neste edital.
 - II Apresentar original e cópia dos seguintes documentos:
 - a) documento de identificação com foto e que conste o nº do CPF;
- b) certidão de nascimento (solteiro) ou de casamento (casado) ou certidão de averbação de divórcio;

Estado de Goiás =

- c) certidão negativa da Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- d) comprovante de residência atual (conta de água, telefone fixo ou energia elétrica).
- e) Ter nacionalidade brasileira ou nacionalidade portuguesa, conforme art. 12, § 1º, da Constituição Federal.
- f) Os(As) brasileiros(as) naturalizados(as) devem, no ato da posse, prestar informações sobre o processo de naturalização: data de chegada ao Brasil, país de origem, data de publicação da naturalização e se tem ou não filhos(as) brasileiros(as).
- g)Os(As) brasileiros(as) naturalizados(as) deverão apresentar documentos que comprovem a regularidade quanto às obrigações militares e eleitorais.
- h) Os(As) portugueses(as) deverão apresentar documentos que comprovem estar amparados pelo Estatuto de Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento do gozo de direitos políticos.
 - i)Ter, na data da posse, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos.
 - j)Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.
 - l) Estar quite com as obrigações eleitorais.
- m) Estar quite com as obrigações militares, para candidatos do sexo masculino.
- n)Possuir a escolaridade e os requisitos de qualificação exigidos para o cargo.
- o) Os diplomas e/ou certificados obtidos no exterior deverão, obrigatoriamente, ser validados pelos órgãos competentes no Brasil, conforme disposição da legislação vigente no ato da posse.
- p)Consoante ao anexo II do edital, a comprovação da escolaridade darse-á por meio de diploma original, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação.
- q)Possuir idoneidade moral, comprovada por investigação social realizada mediante apresentação de certidões negativas civis e criminais expedidas pelo Poder Judiciário Federal e Estadual.
- Art. 3º No ato da posse, junto a Secretaria Geral da Câmara, o candidato
 (a) deverá preencher e assinar as seguintes declarações:
 - I de bens e valores e/ou isenção de imposto de renda;

Estado de Goiás –

 II – existência ou ausência de penalidades disciplinares no exercício do cargo e/ou função pública;

- III não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas;
- IV que não é aposentado em cargo público;
- V não aposentadoria por invalidez;
- VI PIS/PASEP, quando for o caso; e

VII – ficha cadastral de lavra do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Morrinhos – IPAM.

CAPÍTULO II

DOCUMENTOS DOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

- Art. 4º São documentos exigidos para os cargos de nível fundamental:
- I Agente de manutenção geral: apresentação de documento comprobatório de conclusão de ensino em nível educacional fundamental ou superior, expedido por instituição de ensino oficial.
- II Agente de serviços gerais: apresentação de documento comprobatório de conclusão de ensino em nível educacional fundamental ou superior, expedido por instituição de ensino oficial.
- III Agente de transporte: apresentação de documento comprobatório de conclusão de ensino em nível educacional fundamental ou superior, expedido por instituição de ensino oficial.
- IV Jardineiro: apresentação de documento comprobatório de conclusão de ensino em nível educacional fundamental ou superior, expedido por instituição de ensino oficial.

CAPÍTULO III DOCUMENTOS DOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

- Art. 5º São documentos exigidos para os cargos de nível médio:
- I Assistente administrativo: apresentação de documento



Estado de Goiás —

comprobatório de conclusão de ensino em nível educacional médio ou superior, expedido por instituição de ensino oficial.

- II Auxiliar de compras, licitações e contratos: apresentação de documento comprobatório de conclusão de ensino em nível educacional médio ou superior, expedido por instituição de ensino oficial.
- III Controller: apresentação de documento comprobatório de conclusão de ensino em nível educacional médio ou superior, expedido por instituição de ensino oficial.
- IV Recepcionista: apresentação de documento comprobatório de conclusão de ensino em nível educacional médio ou superior, expedido por instituição de ensino oficial.

CAPÍTULO IV

DOCUMENTOS DOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

- Art. 6º São documentos exigidos para os cargos de nível superior:
- I Agente de serviços de tesouraria: apresentação de documento comprobatório de conclusão de curso superior completo na área, expedido por instituição de ensino oficial.
- II Analista de TI: apresentação de documento comprobatório de conclusão de curso superior completo na área, expedido por instituição de ensino oficial
 - III Contador:
- a) apresentação de documento comprobatório de conclusão de curso superior completo na área, expedido por instituição de ensino oficial;
 - b) comprovante de registro no conselho de classe do cargo.
- IV Controlador interno: apresentação de documento comprobatório de conclusão de curso superior completo na área, expedido por instituição de ensino oficial
- V Gestor de pessoal: apresentação de documento comprobatório de conclusão de curso superior completo na área, expedido por instituição de ensino oficial
 - VI Procurador jurídico:
- a) apresentação de documento comprobatório de conclusão de curso superior completo na área, expedido por instituição de ensino oficial;

b) comprovante de registro no conselho de classe do cargo.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º Os documentos exigidos para nomeação e posse nessa Portaria não excluem outros que porventura estejam demandados no Edital de Concurso Público nº 02/2024 da Câmara Municipal de Morrinhos.

Art. 8º. Será realizada a comunicação com o candidato (a), de forma taxativa e cumulativa, através dos seguintes meios, conforme dados informados no ato da inscrição para o concurso:

- I ligação telefônica ao número ofertado pelo (a) candidato (a);
- II envio de e-mail ao e-mail cadastrado pelo candidato (a); e
- III publicação de convocação no sítio eletrônico oficial da Câmara de Morrinhos (https://morrinhos.go.leg.br/).
- § 1º Eventualmente frustrado qualquer meio de comunicação descrito no artigo anterior, será convocado o (a) candidato (a) via Rádio Morrinhos FM 94,5 Mhz, com publicação adicional em jornal de grande circulação e no Diário Oficial do Estado.
- § 2º Na hipótese de frustradas todas as tentativas de comunicação descritas neste artigo, presume-se a desistência do (a) candidato (a) ao certame.
- § 3º A Secretaria Geral da Câmara Municipal lavrará certidão de Convocação do Candidato (a), detalhando todos os esforços e recursos empreendidos pelo órgão para esse fim específico.
- Art. 9º. Caso o candidato (a) apresente cópia de documento ilegível ou de difícil leitura, poderá ser demandada outra cópia legível em substituição.
- **Art. 10.** A recusa do candidato (a) em apresentar quaisquer documentos ou cópias exigidas, nos termos dessa Portaria, impossibilitará a sua posse, nos termos do item 13.10 do Edital de Concurso Público 02/2024.
- Art. 11 As declarações a serem anexadas pelos candidatos estão no Anexo único, parte integrante dessa Portaria.
 - Art. 12 Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRINHOS, Estado de Goiás, aos 25 dias do mês de junho de 2025.

LEANDRO VENTURA

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 81, DE 25 DE JUNHO DE 2025

(ANEXO ÚNICO)

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES E/OU ISENÇÃO DE IR (IMPOSTO DE RENDA).

Eu				
		Órgão	Expedidor	
se	Ser ISENTO da apresentação , exercício ro ainda:			Receita Federal, ano ba-
Decia	o umaa.			
()	não possuir bens.			
()	possuir os seguintes bens:			
(
-				
estare	Declaro estar ciente de que ei sujeito às sanções civis, adn		7.E.	
	Morrinhos,de	and the state of t	de	
	***************************************	Assinatura		The state of the s

DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA OU AUSÊNCIA DE PENALIDADES DISCIPLINARES NO EXERCÍCIO DE CARGO PÚBLICO OU FUNÇÃO PÚBLICA

• IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

Nome:		Cargo Aprovado:			
Documento Identidade:		Concurso Edital nº:			
) DECLARO , para todos os efeitos legais, não haver sofrido, no exercício de cargo público ou qualquer função pública, penalidade disciplinar de advertência, multa, suspensão ou demissiplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, distrital ou misipal.					
() DECLARO , para todos os efeitos legais, que e fui penalizado no exercício de cargo público minado a seguir:					
Órgão:	Infração dis	sciplinar:			
Penalidade Aplicada:					
() D E C L A R O , para todos os efeitos legais, o plinar, conforme discriminado a seguir:	jue ainda re	spondo processo administrativo disci			
Órgão:	sciplinar:				
Penalidade Prevista:					
Em caso de exercer outro vínculo públi declaração de penalidades, atualizada, do órg pública.					
DECLARO, ainda, ter ciência de que tadas poderá acarretar a eliminação do candid prática do delito de falsidade ideológica, previs	ato, sem pr	ejuízo da responsabilidade penal pela			
Morrinhos,	de	de 202			
Assinatura	do Declaran	te			

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu,
, declaro respon-
sabilizando-me penal, civil e administrativamente por qualquer falsidade, incorreção ou omis- são, que na esfera Federal, Estadual e Municipal, seus P <mark>oder</mark> es, na Administração Direta, Socie- dade de Economia Mista, Empresa Fundações e Autarq <mark>uias qu</mark> e:
A- () Não ocupo qualquer outro cargo, função ou emprego público;
B- () Ocupo o (s) seguinte (s) cargo (s) emprego (s) função (ões) público (os):
Cargo ativo:Órgão:
Carga horária semanalhoras, cumprindo o horário de às
C- () Estou aposentado (a) em outro cargo/emprego/função pública.
(Preencher no caso de outro cargo aposentado e anexar cópia do ato de concessão de sua aposentadoria).
Cargo :Órgão:
Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração, para que se cumpram todos os efeitos legais.
Morrinhos,, dede 202
Assinatura:
Nome (por extenso):
RG:
CPE.

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO É APOSENTADO POR INVALIDEZ

Eu,			
RG:			
para o qual foi nomead	do:		
	olico 01/2023, promo	ovido pela Prefeitura d	go efetivo em virtude de apro- o Municipal de Morrinhos GO róprio de Previdência;
Morrinhos GO,	, de	de	<u> </u>
		Assinatura	

"Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular"

				FICH	A CADAS	TRAL					
NOME:								Nº Ma	itrícula :		
SEXO	NACIONALIDADE		NATURALIDAD	E	UF DATA DE NASCI- MENTO E-MAIL			ML			
					FILIAÇÃO						
PAI:					MÃE:						
ESTADO (CIVIL	NOME	E DATA DE NA	ASCIMENTO	DO CO	NJUGE (OU COMPA	NHEIRO (a)			
										<i>J</i>	
				ENDERE	ÇO RESID	ENCIAL					
RUA:					N°		UF:			UF:	
BAIRRO:				CEP:	TELEFONE: RES./ CEL.:						
	ESC	COLARIDA	ADE					FORM	AÇÃO		
				DOCUME	ENTOS DE	SSOAIS					
				DOCONI	ENTOST	SSUAIS					
IDENTIDA	ADE:	ÓRGÃO	EXP. ÓRGÃ	ÓRGÃO DE CLASSE DA			TA EXPEDIÇ	ÃO	CPF		
Nº TITULO	O DE ELEI- IA	Nº PIS/P	ASEP	POSSUI	DEFICIÊN	ICIA		QUAL?			
				SIM ()	NÃ	ÃO()					

			Di	ADOS FUNCIONAIS				
EFETIVO: () INATIVO: () PENSIONISTA: ())	
DATA DA AD- MISSÃO	CARGO		CARGO	ATUAL		LOCAL DE LOTAÇÃO		
Professor informar se Regência de Classe e apresentar Certidão. () Docência () extra docência								
	SOMENTE	PARA OS SER	VIDORES	QUE TENHAM TEMP	O ANT	ERIOR AO CON	CURSO	
CONTRIBUIÇÃO PARA O INSS CONTRIBUIÇÃO PARA ESTADO/UNIÃO OU OUTRO MUNICIPIO AVERBADO								
SIM ()	NÃO ()	SIM()		NÃO()	SIM	SIM() NÃO()		
SE CONTAR COI EMITIDO PELO (M TEMPO ANTERIO ÓRGÃO DE ORIGEI	OR, APRESEN	TAR EXT	RATO PREVIDENCIÁR	ilo ou	CERTIDÃO DE 1	EMPO DE CONTRIBUIÇÃO	
	CARGO/FL	INÇÃO EM O	UTRO EN	TE PÚBLICO OU ENTI	DADES	DE DIREITO PÚ	BLICO	
MUNICÍPIO		EST	TADO	UNIÃO			0	
SIM () NÃO	()	SIN	n() N	NÃO() SIM() NÃO())()	
HORÁRIO/ TURN	10:	•				LOCAL:		
			D.	ADOS BANCÁRIOS				
BANCO: AGÊNCIA			ÊNCIA			N° CONTA:		
			RELAÇ	ÃO DE DEPENDENTE	s			
NOME				PATA DE NASCIMENTO	o	GRAU DI	E PARENTESCO	
er over the tradition of the second		OTSKO POVEZ H HANDER AND						
	1							

Informar se algum dos dependentes apresentar grau	de deficiência e qual.	
TER	RMO DE RESPONSABILIDADE	
DECLARO, SOB AS PENAS DO ART. 299, DO CÓDIGO TAM A EXPRESSÃO DA VERDADE.	PENAL BRASILEIRO, QUE AS INF O	DRMAÇÕES AQUI PRESTADAS REPRESEN-
OBSERVAÇÕES DO SERVIDOR:		
MORRINHOS, GO,/		
	ASS	INATURA DO SERVIDOR